



PROCESSO N.º	53.226-6/2021
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADOS	TATIANA DA SILVA SANTOS (cônjuge) I. L. D. S. L. (menor)
ASSUNTO	PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR MILITAR
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. A Constituição do Estado de Mato Grosso estabelece, em seu artigo 47, inciso III, a competência do Tribunal de Contas de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

6. Nesse contexto, a pensão por morte de servidor militar caracteriza-se como um benefício previdenciário devido aos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, correspondente ao valor da remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observados os limites legais.

7. Com efeito, a concessão deste benefício previdenciário deve observar os comandos do artigo 42, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003:

Emenda Constitucional n.º 41/2003

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal." (NR)

8. Ademais, deve observar os artigos 24-B, incisos I, II e III, e 24-D do Decreto-Lei n.º 667/1969, alterado pela Lei n.º 13.954/2019, artigo 7º, inciso I, alínea "d", da Lei n.º 3.765/1960, alterada também pela Lei n.º 13.954/2019, artigo 11, *caput* e parágrafo único, da Instrução Normativa n.º 05/2020, artigo 126, *caput*, da Lei Complementar Estadual n.º 555/2014, bem como os termos da Súmula n.º 340 do Superior Tribunal de Justiça, e do artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019.





9. Da análise dos autos, verifico que as partes interessadas atenderam aos pressupostos legais para a concessão do benefício de pensão por morte de servidor militar, bem como pela legalidade da planilha de benefícios, evidenciando que os Atos em exame possuem respaldo constitucional e merecem o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro.

III. DISPOSITIVO DO VOTO

10. Ante o exposto, considerando que os Atos atenderam todas as formalidades legais e constitucionais, e em atenção ao artigo 43, II, da Lei Complementar n.º 269/2007- TCE/MT, acolho o **Parecer Ministerial n.º 7.698/2022**, da lavra do Procurador de Contas **Getúlio Velasco Moreira Filho**, e **VOTO** no sentido de:

a) **registrar o Ato n.º 079/2021** retificado pelo Ato n.º 265/2022, disponibilizados no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso, respectivamente, nos dias 5/3/2021 e 24/6/2022; e

b) **julgar legal o cálculo de benefício de pensão por morte de servidor militar**, em caráter temporário, à Sra. **Tatiana da Silva Santos**, e ao menor **I. L. D. S. L.**, representado legalmente por sua genitora acima mencionada, em razão do falecimento do ex-militar Sr. **Ikaro Rios Lara**, em 8/11/2020, quando em atividade, na graduação de Soldado, nível “002”, lotado na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no município de Cuiabá/MT.

11. É como voto.

Cuiabá/MT, 29 de novembro de 2022.

assinatura digital¹
Waldir Júlio Teis
Conselheiro Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

